

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES PLANEJADAS POR MUNICÍPIOS CATARINENSES

Ricardo Hack

Universidade do Oeste de Santa Catarina

hack.ricardoadv@hotmail.com

Camila Regina Rostirola

Universidade do Oeste de Santa Catarina

camila.rostirola@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

O acesso à educação no Brasil, especialmente a educação básica, foi marcado, ao longo dos anos, por fortes desigualdades, que variam desde a falta de acesso ao sistema escolar, a exclusão dentro do próprio sistema, haja vista a falta de condições de permanência dos estudantes, até a diferenciação nos padrões de qualidade. Ainda que estudos demonstrem que avanços foram evidenciados em relação à garantia do acesso, bem como do reconhecimento da educação como um direito, muitos ainda são os desafios que persistem para que de fato uma educação de qualidade seja assegurada a todos.

O termo qualidade trata-se de um conceito polissêmico, dotado de múltiplas significações e dimensões que variam conforme os interesses econômicos, sociais, políticos e culturais em determinado contexto histórico. Apesar da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases fazerem menção ao termo qualidade, estas não se referem às “dimensões e aos parâmetros e critérios que servem como base para analisar se tal qualidade está ou não garantida.” (Bauer; Arcas; Oliveira, 2021, p. 203).

Na senda desse debate, o presente estudo tem por objetivo identificar ações planejadas por municípios catarinenses, com alto Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), perquirindo possíveis implicações na melhoria da qualidade educacional. Para identificarmos os municípios catarinenses com as melhores médias nos

anos iniciais do ensino fundamental, inicialmente, realizamos uma busca de todas as notas do Ideb no sítio oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com vistas a constituir uma série histórica das notas de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021. Utilizando ferramentas do Excel, organizamos uma planilha com o nome de todos os municípios de Santa Catarina e inserimos as notas obtidas no Ideb em cada um dos biênios. Após, foi calculada a média¹ de cada município, tendo por base os dados de todas as edições.

Uma vez calculadas as médias, selecionamos os 3 (três) que apresentaram as melhores médias e que tiveram a divulgação dos dados em todas as edições do Ideb, quais sejam, Iporã do Oeste, com média 7,0 e São João do Oeste e Luzerna, com média de 6,6, esses municípios constituíram o *corpus* deste estudo. Como procedimentos metodológicos fizemos uso da pesquisa bibliográfica e documental, bem como análise dos planos de educação dos municípios pesquisados.

AÇÕES PLANEJADAS POR MUNICÍPIOS CATARINENSES

O mapeamento das ações foi realizado nos planos municipais de educação, uma vez que por se constituírem como Políticas de Estado tornam-se o epicentro das políticas educacionais (Dourado, 2017) a serem implementadas pelos municípios. O dever dos municípios elaborarem os seus respectivos planos de educação já estava previsto no PNE de 2001 e foi reverberado no PNE de 2014, o qual em seu artigo 8º determinou que a elaboração ou adequação dos planos deveria ser realizada no prazo de 1 (um) ano, a partir da publicação da Lei (BRASIL, 2014), isto é, até o ano de 2015.

Dessa forma, foram tomados como objeto de análise os planos municipais de 2015. O Plano Municipal de Educação (PME) de Iporã do Oeste foi aprovado por meio da Lei Municipal n. 1.700, de 24 de junho de 2015. São João do Oeste aprovou seu PME por meio da Lei n. 1.637/15, de 02 de junho de 2015, e Luzerna, pela Lei Complementar n. 136, de 16 de junho de 2015. Vale destacar que todos os documentos possuem vigência de 10 (dez) anos e estão alinhados ao disposto no PNE aprovado pela Lei Federal n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

¹ A média é vista como a soma das notas apresentadas em todas as edições, dividida pelo número de edições que o município participou.

Para realizar o mapeamento das ações fizemos a leitura de cada um dos documentos e copiamos os excertos textuais que faziam menção a qualidade da educação. Apesar de diversos excertos textuais fazerem menção ao termo qualidade da educação, as ações estão diretamente relacionadas com os resultados dos indicadores educacionais, pois os três municípios apresentaram ações relacionadas com o Ideb. Luzerna menciona que irá “divulgar periodicamente os resultados do Ideb das escolas do município, das redes públicas de educação básica e dos sistemas, informando à comunidade sobre o desempenho da educação pública.” (Luzerna, 2015). Trata-se de uma ação que manifesta o compromisso com a divulgação dos resultados, assim como de que o desempenho da educação está diretamente vinculado ao Ideb.

Ainda, nesse município, identificamos ações que intencionam a aplicação de “instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, como formalização de um indicador qualitativo da educação pública.” (Luzerna, 2015, p. 18). Cabe mencionar que não ficam especificados quais aspectos constituirão esse indicador e/ou como ele será calculado. Outros aspectos que chamam a atenção são as ações que visam “qualificar as políticas das redes e sistemas de educação de forma a buscar atingir as metas do IDEB, procurando manter a ascensão do atual índice do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e anos Finais, garantindo equidade da aprendizagem.” (Luzerna, 2015, p. 22). Ainda que o município anuncie o compromisso de garantir equidade, isso não significa qualidade, haja vista que enfatizar o Ideb como principal indicador pode levar a uma abordagem estreita de qualidade.

Já São João do Oeste assume que as políticas das redes e sistemas de ensino serão orientadas “de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média estadual, garantindo equidade da aprendizagem”, estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no Ideb e sinaliza a construção de mecanismos de avaliação internos e externos para a educação básica (São João do Oeste, 2015, p. 126). Esses excertos denotam que as ações planejadas estão muito associadas à melhoria do Ideb e que esse parece ser um balizador da qualidade da educação pública, haja vista que em várias passagens ele demonstra a intenção de criar novos mecanismos de avaliação e de autoavaliação, objetivando dar subsídios para auxiliar a escola nas questões administrativas, pedagógicas e financeiras (São João do Oeste, 2015).

Iporã do Oeste faz menção a “adotar políticas que buscam melhorar ainda mais as metas do IDEB e a qualidade da aprendizagem” (Iporã do Oeste, 2015, p. 84), e também a “estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.” (Iporã do Oeste, 2015, p. 87). Essa última ação indica a intenção de implantação de políticas de bonificação.

Ainda, os três municípios replicam a meta prevista no PNE em que a qualidade da educação está vinculada ao alcance das médias projetadas pelo Ideb.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, a análise dos planos municipais permitiu evidenciar construções textuais muito generalistas e que tendem a reproduzir o que está previsto no PNE, assim como as ações planejadas demonstram preocupação com o alcance e melhoria das notas do Ideb, supervalorização dos indicadores e com o desempenho dos estudantes, o que pode comprometer a garantia do direito à educação de qualidade, especialmente, quando tomamos por referência um conceito de qualidade social.

Não significa dizer que os municípios aqui pesquisados não estão perquirindo qualidade da educação, mas o conceito de qualidade parece estar atrelado a uma visão empresarial, pois as ações demonstram a preocupação com o alcance e melhoria das notas do Ideb, supervalorização dos indicadores e a preocupação com o desempenho dos estudantes, conforme já mencionado, a exemplo do PNE.

REFERÊNCIAS

BAUER, Adriana; ARCAS, Paulo Henrique; OLIVEIRA, Adolfo Samuel de. Qualidade da Educação Básica: uma revisão conceitual. In: SOUZA, Marcelo Lopes de; ALVES, Fabiana de Assis; MORAES, Gustavo Henrique (org.). **Custo Aluno Qualidade (CAQ)**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária; Anpae, 2017. 216 p.

IPORÃ DO OESTE (Município). **Lei n. 1.700, de 24 de junho de 2015**. Aprova o plano municipal de educação - PME e dá outras providências. 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-municipal-de-educacao-ipora-do-oeste-sc>. Acesso em: 29 mar. 2023.

LUZERNA (Município). **Lei Complementar n. 136, de 16 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências. 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-municipal-de-educacao-luzerna-sc>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SÃO JOÃO DO OESTE (Município). **Apresentação**. 2023. Disponível em: <https://saojoao.sc.gov.br/pagina-1212/>. Acesso em: 29 mar. 2023.